



# REALIZAÇÃO



# PATROCÍNIO



# PARCEIROS



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

## Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado  
 Camila Lacerda Couto - Especialização  
 Cléo Belício Lopes - Especialização  
 Daniel Flores - Pós-Doutorado  
 Débora Flores - Mestrado  
 Denize Brum Camargo - Graduação  
 Flavia Helena Conrado - Mestrado  
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado  
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização  
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização  
 Raquel Miranda da Silva - Especialização  
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado  
 Rosani Gorete Feron - Especialização  
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado  
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

## Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente  
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro  
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro  
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro  
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro  
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

## Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro  
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro  
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro  
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

## Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL  
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas  
Ana Célia Rodrigues - UFF  
André Malverdes - UFES  
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB  
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO  
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL  
Aurora Leonor Freixo - UFBA  
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas  
Carla Mara da Silva Silva- UFAM  
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq  
Carlos Blaya Perez - UFSM  
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG  
Dhion Carlos Hedlund - FURG  
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC  
Eliandro dos Santos Costa - UEL  
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM  
Flávio Leal da Silva - UNIRIO  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA  
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA  
Heloísa Liberalli Bellotto - USP  
Janilton Fernandes Nunes - UFAM  
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq  
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS  
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP  
Josemar Henrique de Melo - UEPB  
Julianne Teixeira e Silva - UFPB  
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB  
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG  
Marcieli Brondani de Souza - UFAM  
Margarete Farias de Moraes - UFES  
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS  
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL  
Maria Leandra Bizello - UNESP  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA  
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES  
Mateus de Moura Rodrigues - FURG  
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas  
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA  
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB  
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS  
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL  
Sérgio Renato Lampert - FURG  
Sônia Elisabete Constante - UFSM  
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP  
Úrsula Blattmann - UFSC  
Welder Antônio Silva - UFMG

## **Comissão de Apoio**



### **Secretária**

Melina Pereira

### **Comissão de Divulgação**

Everton Tolves  
Pâmela Menezes Flores  
André Grendene Azevedo  
Maria Eduarda Flores

### **Comissão de Transportes**

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon  
Comissão Artística  
Arion Pilla

### **Comissão de Projetos**

Jonas Ferrigolo Melo  
Juliana Kirchhof  
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

### **Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados**

Camila Medeiros  
Tamiris Carvalho  
Catiana Ramiro

### **Comissão de Infraestrutura**

Adriéli Mello  
Douglas Duarte

### **Editoração e Revisão**

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



**Associação dos Arquivistas do RS - AARS**

**Biênio 2013 - 2015**

**Diretoria**

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

**CONSELHO FISCAL - TITULARES**

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



## **SUMÁRIO**

Sobre o Evento.....	<b>09</b>
AARS.....	<b>11</b>
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	<b>12</b>
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>328</b>
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	<b>370</b>
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	<b>615</b>
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>730</b>
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	<b>949</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	<b>1121</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>1143</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	<b>1168</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>1220</b>

## SOBRE O EVENTO

### **VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS**

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

## A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



# ***COMUNICAÇÕES ORAIS***

***EIXO:***

***PATRIMÔNIO  
DOCUMENTAL E  
MEMÓRIA***

## FUNDO DOMÍNIO DONA FRANCISCA: PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Maria Judite Pavesi

Terezinha Fernandes da Rosa

### Resumo

Apresenta-se um breve histórico sobre o Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) e seu acervo documental, especificamente sobre o Fundo Domínio Dona Francisca (FDDF) e também procura-se explicitar as atividades de arranjo, descrição e sua importância documental, enquanto fonte potencial de informação e referência para elaborar estudos sobre o processo de colonização da imigração no sul do Brasil. Enfatiza-se a constituição administrativa e arquivística desse fundo, enfocando sua diversidade documental e a importância da preservação e acesso desse patrimônio documental. Destaca os estudos realizados utilizando-se da literatura arquivística, para refletir sobre conceitos como: arquivo, fundo, arranjo e especificamente sobre a proveniência do Fundo Domínio Dona Francisca. Investigou-se uma metodologia de trabalho para elaboração do quadro de arranjo por meio da identificação dos produtores documentais e seu conteúdo. Por fim, ressalta-se a importância de se estabelecer políticas de descrição arquivística, para acesso difusão e pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento por meio de acervos de arquivos.

**Palavras-chaves:** Arquivo Histórico de Joinville. Fundo Domínio Dona Francisca. Patrimônio arquivístico.

### Abstract

It presents a brief history of the Historical Archive of Joinville (AHJ) and its document collection, specifically about the Fund of the Domain Dona Francisca (FDDF) and also tries to explain the activities of arrangement, description, and their documentary importance as a potential source information and reference to conduct studies on the colonization process of immigration in southern Brazil. It emphasizes the administrative and archival establishment of this fund, focusing her documentary diversity and the importance of preservation and access of this documentary heritage. It will highlight the studies based on the archival literature to think about concepts such as: archive, fund, arrangement, and specifically about the provenience of the Fund Domain Dona Francisca. The methodology for preparing the arrangement was investigated in order to identify the document producers and their content. Finally, it emphasizes the importance of establishing policies for archival description, dissemination and access, to research in different fields of knowledge through the collections.

**Keywords:** Historical Archives of Joinville. Fund Domain Dona Francisca. Archival heritage.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte resultante das discussões do trabalho de organização e arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca, desenvolvido no Arquivo Histórico de Joinville, e também, decorrente de uma monografia apresentada no

Curso de Pós-Graduação em Gestão de Arquivos na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no ano de 2013.

A metodologia utilizada para elaboração desse artigo baseia-se em publicações da ciência arquivística, utilizando conceitos de arquivo, arranjo e descrição, na qual se discute a importância da elaboração de instrumentos de referência para o acesso do patrimônio documental aos usuários de arquivos. As obras literárias sobre a história de Joinville e a utilização da documentação do próprio fundo em estudo, foram de extrema importância para a escrita sobre a formação do Núcleo Colonial conhecido como Domínio Dona Francisca, e ao mesmo tempo, importantes para analisar a constituição da produção documental do fundo.

Dessa forma, intenciona-se contribuir com os usuários de arquivos e convidá-los a mergulhar no leque de possibilidades de escritas, por meio do uso dos registros contemplados no Fundo Domínio Dona Francisca.

## **2.0 ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE**

Sendo o acesso às informações documentais um dos principais objetivos de um arquivo, esse tem como papel fundamental a responsabilidade de organizar seus acervos, visando à preservação e a disseminação da informação.

Nessa perspectiva, em 20 de março de 1972, foi criado pela Lei n. 1.182, o Arquivo Histórico Municipal de Joinville<sup>256</sup>. Essa lei tinha ampla abrangência em relação aos documentos a serem preservados e por seu intermédio, era de responsabilidade do AHJ, “recolher, registrar, guardar, classificar, catalogar e conservar”, a documentação principalmente da fundação da Colônia Dona Francisca e da administração do município de Joinville. Estabelecia inclusive o compromisso de preservar os documentos do processo de colonização de cidades vizinhas, como São Francisco do Sul, São Bento, Jaraguá do Sul, enfatizando os registros relacionados a colonização, a presença germânica e aos fundadores da Colônia Dona Francisca. Fazia inclusive menção a documentos como, por exemplo, “a Guerra do Paraguai, a Revolução Federalista de 1893 e a Segunda Guerra Mundial,

---

<sup>256</sup> A instituição é conhecida, como Arquivo Histórico de Joinville, e assim será mencionada no presente artigo.

jornais, diários oficiais da união e do estado, mapas, livros de atas das paróquias, listas telefônicas, e fotografias”<sup>257</sup>.

No que concerne a lei de criação do AHJ, pode-se dizer que a mesma atendia as prerrogativas estabelecidas na carta Compromisso de Brasília, do ano de 1970, que responsabilizava as administrações municipais pela salvaguarda do patrimônio documental dos municípios brasileiros. Para atender a esse objetivo a medida a ser implantada era a criação de arquivos históricos.

Informa-se que antes da criação do AHJ, havia sido formado em Joinville, no ano de 1957, o Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), o qual iniciou suas atividades por meio de uma comissão, que havia sido criada no ano 1961. Um dos objetivos dessa comissão era reunir documentos e objetos referentes à história de Joinville. Carlos Ficker<sup>258</sup> responsabilizou-se por formar uma biblioteca na instituição, reunindo diferentes tipologias documentais e objetos referente a história da imigração e colonização de Joinville e região.

Para a pesquisadora Janice Gonçalves, essa seria uma das explicações do acervo do AHJ constituir-se com “caráter colecionista”, pois em seu acervo reúne a mesma temática do MNIC. Nesse caso, O “Arquivo Histórico” era uma possível solução para organizar: “[...] doações de documentos e publicações relativas à Joinville, encaminhadas ao museu”. A autora reforça a informação ratificando:

Complemento do acervo do museu, o “Arquivo Histórico”, teria, neste sentido, um tema como elemento organizador, e não uma entidade produtora (como a administração municipal), nem uma forma de acumulação específica (orgânica em termos propriamente arquivístico). (GONÇALVES, 2006, p. 238).

Embora tenha sido constituído como um arquivo público, poucos são os documentos da administração pública no acervo do AHJ, pelo fato do município de Joinville ainda não ter instituído uma política de gestão documental. Em sua maioria o acervo compõe-se de documentos provenientes de doações com registros relacionados à fundação do município de Joinville, essencialmente sobre a colonização alemã.

---

<sup>257</sup> FUNDO PODER EXECUTIVO. Lei N. 1182. Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville. Joinville: 1972.

<sup>258</sup> Carlos Ficker foi presidente da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização e autor de artigos e livros sobre a História de Joinville e São Bento do Sul.

O volume e a diversidade de seus fundos e coleções projetam o AHJ como uma instituição de referência a pesquisadores do Brasil e do exterior. A importância desse acervo documental para a comunidade pode também ser avaliada pelo número de usuários que procuram a instituição a fim de atender seus diferentes interesses e necessidades de pesquisa, tais como: times de futebol, genealogia, história dos bairros e região, referentes ao fundo do Poder Executivo Municipal, editais, concursos e regularizações de imóveis, entre outros.

A instituição disponibiliza, para consulta, instrumentos de pesquisa como catálogos de fundos e coleções. Também possui um site com informações gerais sobre o Arquivo Histórico, o qual propicia a realização de pesquisas relacionadas à imigração, já que a lista de imigrantes encontra-se disponível nele.

As discussões ocorridas nos cursos de Arquivologia, tanto no Brasil como no exterior ocasionaram mudanças nos arquivos históricos, com reflexos no campo da Arquivologia, onde arquivistas do mundo e do Brasil, como por exemplo, Heloísa Bellotto e Marilena Paes, produziram estudos sobre a importância dos arquivos enquanto patrimônios imprescindíveis para a humanidade.

Segundo Paes (2005), arquivo é o acúmulo ordenado dos documentos, criados por uma instituição ou pessoa no decorrer das suas atividades, que são preservados para finalidades administrativas, históricas, culturais, entre outras. Sob a mesma perspectiva Bellotto destaca que os documentos de arquivos são aqueles:

[...] produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. (BELLOTTO, 2006, p. 37).

Arquivos são registros indispensáveis para atender as demandas da sociedade e principalmente da administração pública para a “transparência”, no que concerne ao “direito à informação, à cultura e à memória”. (KNAUSS, 2009, p. 11). Constituíram-se também como fontes de valor científico e cultural, sendo referência para a construção de histórias de um povo e de uma nação no uso das diferentes áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, no sentido de contemplar o que determina a Lei n. 12.527 de novembro de 2011, a qual garante acesso e o direito à informação à todo o

cidadão brasileiro, o AHJ vem elaborando uma nova proposta de lei com objetivo de contemplar um amplo acesso às informações e criar uma política de gestão para o município de Joinville que:

Tem por finalidade recolher, guardar, conservar, restaurar, e preservar a documentação produzida e recebida por instituições governamentais de âmbito municipal, bem como os documentos privados de interesse público, sob sua guarda, garantindo acesso público às informações. (ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2013, p. 01).

Essa proposta já vinha sendo discutida desde o ano de 1996 e atualmente a instituição está aguardando os encaminhamentos da Secretaria da Administração Municipal para implementar uma lei de gestão municipal.

Por fim, informa-se que, inicialmente, o AHJ funcionou em uma das salas da Biblioteca Municipal “Pref. Rolf Colin”. No ano de 1986, conforme se observa na imagem a seguir, foi inaugurada sua nova sede construída por intermédio de um convênio com a República Federal da Alemanha equipado com um sistema artificial de climatização.

FIGURA 1 - Arquivo Histórico de Joinville.



Fonte: Acervo AHJ. Foto digital 2014

Sendo seu acervo, constituído em sua maioria por suportes em papel, esse sistema permite condições de preservação adequadas e controle dos índices de temperatura e umidade relativa nos espaços de guarda. Também foram instalados extintores e portas corta fogo. Para a época essa construção atendia aos padrões de guarda e conservação de acervos<sup>259</sup>.

### 3. A CONSTITUIÇÃO DO DOMÍNIO DONA FRANCISCA E SEU PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

O Domínio Dona Francisca origina-se de um grande imóvel rural do período do Brasil-império, constituindo-se de 25 léguas quadradas de terras, ao norte da província de Santa Catarina, na comarca de São Francisco do Sul, que, foi estabelecido como dote de casamento entre o Príncipe francês, François d'Orleans Philipe e a Princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I. (FICKER, 1965).

A demarcação dessas terras foi realizada nos anos de 1845 e 1846, pelo engenheiro Jerônimo Coelho, e o registro cartográfico a seguir nos possibilita observar sua dimensão.

FIGURA 2 – Mapa de medição e demarcação das terras do Domínio e da Colônia Dona Francisca, provavelmente do século XIX ou início do século XX



Fonte: Acervo AHJ. Foto digital 2014.

<sup>259</sup> A assessoria do Pró-Documnto da Fundação Nacional Pró-Memória esteve presente, tanto na orientação da construção do atual prédio do AHJ, e também orientou os funcionários da instituição, para a guarda, conservação e organização do acervo.

Em decorrência das crises políticas, econômicas e sociais, ocorridas na França no século XIX, a família real precisou buscar refúgio na Inglaterra. Nesse caso, uma das medidas utilizadas para amenizar as dificuldades financeiras, foi a venda de oito léguas quadradas das terras dotais, para a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo.

Assim sendo, essa foi a primeira companhia que organizou uma “direção na colônia” e iniciou atividades de colonização nas terras da Colônia Dona Francisca, trazendo imigrantes europeus, e realizando, também, atividade de comercialização dos lotes de terra. Essa companhia coexistiu paralelamente com a administração do Domínio Dona Francisca, que era exercida por meio de representantes dos príncipes de Joinville.

Observa-se que nessa mesma época, meados do século XIX e início do século XX, havia duas administrações, totalmente independentes, que realizavam praticamente as mesmas atividades, ou seja, a comercialização de lotes de terra. (FICKER, 1965).

Em continuidade à crise financeira da família real francesa, em meados do século XIX, ocorreu a venda de outra parcela das terras do dote de casamento para o irmão do príncipe, o Duque d’Aumale, localizadas na região de Pirabeiraba, que foi denominado, “Domínio Pirabeiraba”. Segundo a pesquisadora Odete Schmalz<sup>260</sup>, esse empreendimento foi representativo no ramo de produção de açúcar, cachaça e álcool, sendo esses produzidos em grande quantidade e comercializados no exterior. Essa organização era independente do “Domínio Dona Francisca”, e produziu documentos específicos. No entanto, esses registros foram misturados ao Fundo Domínio Dona Francisca por terem o mesmo representante, em alguns anos consecutivos.

Como sabemos, são poucas as companhias que sobrevivem por longos anos. Nesse caso a Sociedade Colonizadora Hamburgo de 1849 em Hamburgo, vendeu no ano de 1897, seu patrimônio de terras, (e automaticamente, os documentos que continham registros dos compradores e devedores de lotes de terra, que eram

---

<sup>260</sup> A administração do patrimônio dos príncipes ocorria por meio de representantes, sendo o primeiro dele, Leonce Aubé, responsável por medir as terras e comercializá-las. SCHMALZ, Odete **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina**. 1989. 104 f. Monografia. (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville.

vendidos em longas parcelas aos colonos), à Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897.

Esta última continuou com as atividades de colonização e imigração até o ano de 1922. Nesse mesmo ano, a Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 vendeu por meio de escritura pública de compra e venda, “todas as nesgas dos terrenos” e a documentação para o Domínio Dona Francisca<sup>261</sup>.

O Domínio Dona Francisca, continuou as atividades de comercialização de lotes de terra e na data de 16 de julho de 1956<sup>262</sup>, e por intermédio de um contrato social, tem-se conhecimento da formação de uma empresa, constituída sob a razão social “Domínio Dona Francisca Ltda.”. Esta comprou a empresa por meio de escritura pública de compra e venda em 31 de maio de 1957, bem como, os bens do Domínio Dona Francisca<sup>263</sup>.

Em Joinville a empresa “Domínio Dona Francisca Ltda.” continua com atividades de comercialização dos lotes de terra, porém, no decorrer dos anos já teve diferentes proprietários.

A documentação do Fundo Domínio Dona Francisca contempla também, registros do Conselho Municipal, (poder legislativo e executivo), e da “Empreza Joinvillense de Navegação”. Isso decorreu devido à sobreposição de cargos do administrador Frederico Brüstlein, que desempenhava diferentes funções, como por exemplo: procurador dos príncipes, (administrou o Domínio Dona Francisca e o Domínio Pirabeiraba), diretor da Colônia, responsável pelo patrimônio da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, superintendente municipal, e era também, proprietário da “Empreza Joinvillense de Navegação”. (FICKER, 1965). Essas atividades ocasionaram o acúmulo e a mistura da documentação dessas administrações no Fundo Domínio Dona Francisca.

A documentação do FDDF compreende vinte e um metros lineares de diferentes suportes documentais, e aproximadamente trezentos mapas. Há também correspondências, documentos contábeis, livros de comercialização de terras, passaportes, entre outros, manuscritos, impressos e datilografados em alemão,

---

<sup>261</sup> Escritura de venda que faz a “Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duquesa de Chartres”. Joinville, 04 jan. 1922. p. 03.

<sup>262</sup> Contrato Social constituindo a sociedade Domínio Dona Francisca Ltda. Joinville, 16 jul. 1956. p. 03.

<sup>263</sup> Escritura pública de compra e venda do Domínio Dona Francisca para o Domínio Dona Francisca Ltda. Joinville, 31 maio 1957. p. 05.

português, francês, inglês e espanhol, os quais instigam os pesquisadores a vasculhar os diversos registros históricos, na possibilidade de escritas de temáticas de acordo com as curiosidades de cada usuário que explora esse acervo.

O conjunto documental que compreende o FDDF reúne apontamentos antes mesmo do período de colonização da cidade de Joinville (1851), até o século XX. É um fundo custodiado pelo AHJ, que remete à pesquisas sobre o processo de imigração e colonização na região sul do Brasil, no século XIX, em áreas pouco povoadas nesse período histórico brasileiro.

Salienta Carlos Ficker (1965), em seus estudos, que já havia sesmeiros nos arredores da Colônia Dona Francisca, antes do processo de colonização. No entanto a colonização das terras do dote de casamento da Princesa Francisca Carolina (irmão de dom Pedro II), por meio da utilização da mão de obra de imigrantes europeus foi um meio eficaz utilizado pelas grandes companhias comerciais de navegação e de colonização para ampliar seus lucros. Beneficiavam-se igualmente com o transporte dos imigrantes e quando retornavam à Europa podiam transportar produtos coloniais a serem comercializados por lá. (FICKER, 1965).

Conforme se observa na imagem seguinte, o Fundo Domínio Dona Francisca reúne um conjunto diversificado de documentos que remetem a esse período histórico, e em suas entrelinhas, é possível também estudar os deslocamentos populacionais no mundo. São registros produzidos pelo Domínio Dona Francisca, Domínio Pirabeiraba, “Empreza Joinvilense de Navegação”, Domínio Dona Francisca Ltda., Conselho Municipal, Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo e pela Sociedade Hanseática de 1897, a qual foi uma das últimas, companhias de colonização alemã, da Colônia Dona Francisca<sup>264</sup>.

FIGURA 3 - Documentos do Fundo Domínio Dona Francisca

---

<sup>264</sup> A Colônia Dona Francisca no início do século XIX, além do município de Joinville, incluía os atuais municípios, de Schroeder, Guaramirim, Campo Alegre, São Bento do Sul, Araquari, Jaraguá do Sul, Garuva e Corupá. (FICKER, 1965).



Fonte: Acervo AHJ. Foto digital 2014.

Infelizmente, nesse conjunto documental não foi respeitada a proveniência dos documentos conforme estabelece a arquivologia. Nesse caso, um dos desafios foi estudar e estabelecer uma metodologia para identificar, arranjar e descrever o Fundo Domínio Dona Francisca por este ser diversificado, fragmentado, e apresentar grande volume de documentos.

Gonçalves (2006) informa que seu tratamento arquivístico enquanto “Fundo Domínio Dona Francisca”, ocorreu no ano de 1988, por intermédio da assessoria técnica do Pró-Documento<sup>265</sup>, mesmo período em que a instituição realizou as atividades de organização do seu acervo, mediante um caráter mais técnico e não somente de salvaguarda, como era comum em muitos arquivos brasileiros no início de seu surgimento.

Para a organização desse fundo buscou-se, por meio da literatura arquivística, estudar alguns conceitos básicos os quais possibilitaram um tratamento de acordo com os princípios da ciência arquivística. Para tanto, destacamos a autora brasileira Bellotto, que conceitua fundo, como:

[...] o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas. (BELLOTTO, 2006, p. 128).

<sup>265</sup> Essa instituição orientava por meio Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica para a organização de acervos arquivísticos.

Os documentos desse fundo testemunham histórias de pessoas que mesmo sendo intermediados por empreendimentos privados, são compostos por registros, que possibilitam diferentes leituras e interpretações do contexto no qual se constituiu a Colônia Dona Francisca. Nesse caso, Duranti (1994), em seus estudos sobre o documento arquivístico, discute a intencionalidade, a finalidade de sua produção, e afirma que mesmo eliminados ou apresentando os mais diferentes motivos de sua produção, a importância de sua preservação assegura que: “A partir destas provas, as intenções, as ações, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido”. (DURANTI, 1994, p. 02).

Portanto, o cuidado, a proteção e a conservação de patrimônios documentais, são bens inestimáveis para a reconstituição das diferentes memórias construídas ao longo dos séculos pela humanidade.

Estudando a história arquivística deste fundo, compreendeu-se porque não se respeitou sua proveniência. Ele originou-se da compra por parte do poder público municipal no ano de 1965, e por doações nos anos de 1978, 2012 e 2013. Outros fatores do não respeito à proveniência são provenientes do acúmulo dos diferentes produtores e o acúmulo de cargos que ocasionaram automaticamente a mistura dos documentos.

A transferência da documentação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, para a Biblioteca Municipal “Pref. Rolf Colin” e posteriormente no ano de 1986 para a nova sede do Arquivo Histórico de Joinville, como também, sua organização e descrição por temas, são outros fatores, que também contribuíram para a dispersão, ocasionado dificuldades para identificação dos produtores e do conteúdo do Fundo Domínio Dona Francisca.

Assim, o princípio da proveniência, estabelece a relação orgânica do documento, das atividades e funções desenvolvidas pelo órgão produtor. Para Bellotto:

*O respect des fonds* (ou princípio da proveniência), que consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: O que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa. (BELLOTTO, 2006, p.130).

A importância desse princípio para a ciência arquivística é enfatizado por diferentes autores, e aqui reporta-se novamente a Duranti, a qual afirma:

Não há dúvida de que os dois princípios fundamentais da ciência arquivística, respeito aos fundos (ou princípio da proveniência sob o ponto de vista interno), enfatizam a importância central das origens administrativas dos registros. (DURANTI, 1994, p. 08).

Ressalta-se que, na organização e arranjo do FDDF foi imprescindível o estudo da proveniência para recuperar a informação, identificar e relacionar o conteúdo com os seus diferentes produtores documentais. Possibilita melhor compreensão informacional, fator importante, para a conservação da memória desse conjunto documental ao usuário.

### **3.1 Arranjo, Descrição e Acesso**

A proposta de arranjo e descrição do Fundo Domínio Dona Francisca teve a preocupação de estabelecer a organização e as funções de seus produtores documentais mediante o conteúdo neles representado, para explicitar ao usuário o contexto do produtor e de sua produção. Heloisa Bellotto (2006) enfatiza a importância de se estabelecer o arranjo para a descrição que, segundo ela, é uma atividade típica para acervos permanentes e enfatiza:

O arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, mas a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos na séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. (BELLOTTO, 2006, p. 179).

Nesse sentido, é necessário criar, na instituição, políticas para a descrição de seus acervos, acessando aos usuários por meio de instrumentos de consulta às informações dos conjuntos documentais.

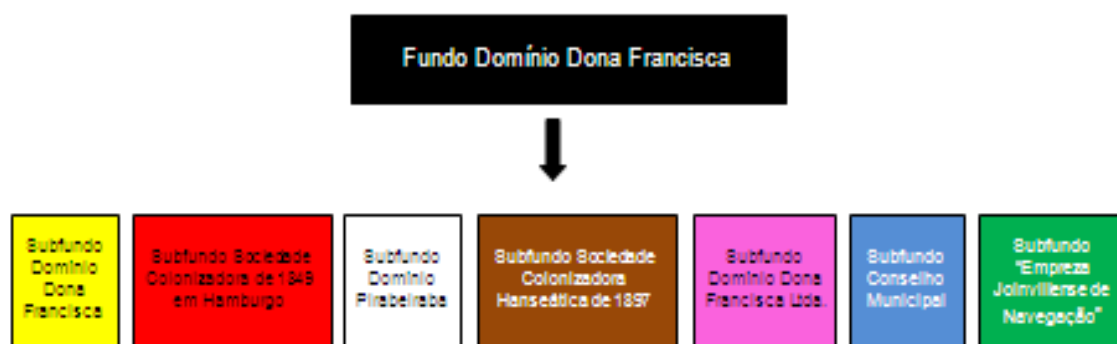
Mediante a identificação e a análise da documentação, a qual propiciou reconhecer as diferentes unidades produtoras/acumuladoras, organizou-se o arranjo do fundo, em subfundos, séries e subséries.

Utilizou-se dos estudos de Cordeiro e Rios (2010) para estabelecer uma metodologia para arranjo do FDDF, sendo a classificação funcional e estrutural.

O primeiro corresponde às funções de uma entidade coletiva, sendo o procedimento tradicionalmente mais usado em arquivos. O segundo refere-se às divisões, aos setores e aos departamentos de uma instituição e, apesar de ser menos usado, alguns profissionais da área consideram que talvez possa refletir melhor alguns aspectos das exigências da classificação arquivística. (CORDEIRO; RIOS, 2010, p.128).

Nesse caso, conforme se observa a seguir, no Fundo Domínio Dona Francisca, foram identificados 7 (sete) produtores documentais, organizados pelo método de classificação estrutural, pois os mesmos estão com sua estrutura definida e arranjados em subfundos: Domínio Dona Francisca, Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Domínio Pirabeiraba, Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897, Domínio Dona Francisca Ltda, Conselho Municipal e “Empreza Joinvilense de Navegação” (figura 04). Essa escolha de método foi utilizada por compreender melhor sua estrutura administrativa, e pelo fato de se tratar de fundo fechado, sem possibilidade de incorporações.

FIGURA 4 - Quadro de arranjo dos subfundos do Fundo Domínio Dona Francisca.



Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. 2012<sup>266</sup>

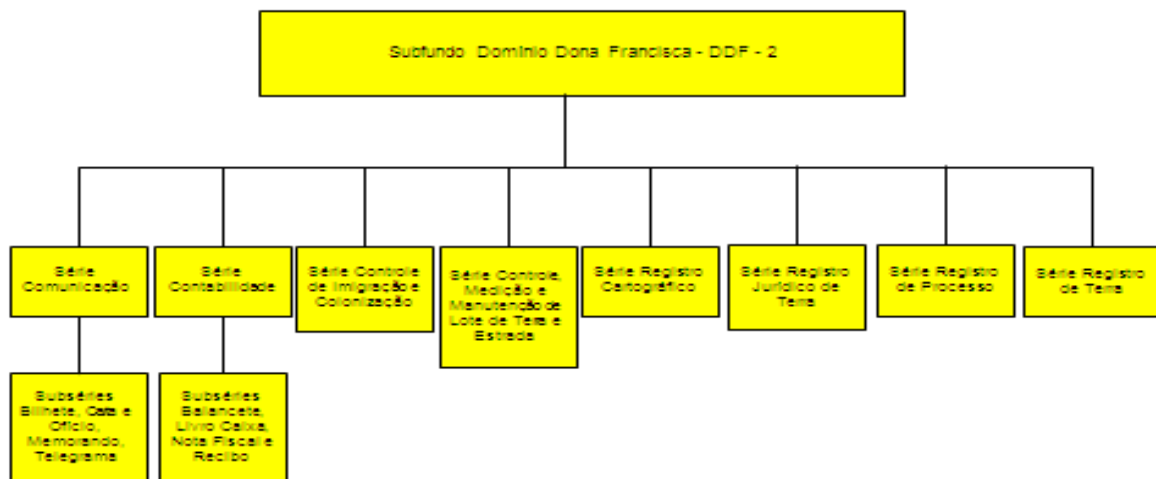
Para as séries, utilizou-se o uso do método funcional, que possibilitou estabelecer a função representada Noé: documento em relação ao seu produtor. Foram sistematizadas 8 (oito) séries e 6 (seis) subséries. Essas foram denominadas: série Comunicação, subséries: Bilhete, Carta e Ofício, Memorando, Telegrama; série: Contabilidade, subséries: Balancete, Livro Caixa, Nota Fiscal e Recibo; série: Controle de Imigração e Colonização; série: Registro de Processo; série: Controle de

<sup>266</sup> As diferentes cores do quadro de arranjo do fundo identificam o acondicionamento e a localização dos documentos no acervo, como também tem como objetivo facilitar a guarda no acervo.

Serviço de Saúde; série Controle, Medição e Manutenção de Lote de Terra e Estrada; série Registro de Terra, subsérie: Livro de Medição e Demarcação de Lotes de Terra, série Registro Cartográfico e série Registro Jurídico de Terra.

FIGURA 5 - Quadro de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca.

Fo



nte: ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE, 2012.

Procurou-se manter a mesma denominação das séries por meio do uso da metodologia funcional para a maioria dos subfundos. Com exceção para a série Registro de Terra, com a subsérie: Livro de Medição e Demarcação de Lotes de Terra, dos produtores documentais: Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e Domínio Dona Francisca, ligados à comercialização de terras.

Segundo Janice Gonçalves,

[...] salvaguardadas as exceções de praxe, entendo que a opção pela classificação estritamente “funcional”, apesar de menos freqüente e tecnicamente mais complexa, costuma atender melhor as exigências da classificação arquivística. No entanto, cabe ao profissional de arquivo examinar cada situação e decidir pelo que se apresentar como tecnicamente mais correto. (GONÇALVES, 1998, p. 23).

A preocupação na descrição documental desse fundo esteve voltada para que a informação, por meio das unidades produtoras/acumuladoras dos fundos de um arquivo, e a aplicação do princípio da proveniência refletisse as estruturas e funções das unidades e assim o conteúdo informacional aos usuários.

Assim, a partir da sistematização do quadro de arranjo do Fundo Domínio Dona Francisca iniciou-se a atividade de descrição da documentação, que teve como referência a NOBRADE. Esta estabelece 28 campos de descrição, e em relação à ISAD(G), possui a mais a área oito e dois elementos de descrição (6.1 e 8.1), que são:

1. Área de identificação; 2. Área de contextualização; 3. Área de conteúdo e estrutura; 4. Área de condições de acesso e uso; 5. Área de fontes relacionadas; 6. Área de notas; 7. Área de controle de descrição, 8. Área de pontos de acesso e descrição de assuntos. (NOBRADE, 2006, p. 18).

Para a descrição do Fundo Domínio Dona Francisca foram utilizados os sete elementos obrigatórios de descrição da NOBRADE: “Código de referência; título, data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1)”. (NOBRADE 2006, p. 19). Outros elementos não obrigatórios foram preenchidos no FDDF, nos diferentes níveis de descrição, fundo, subfundo<sup>267</sup>, série e subsérie, conforme determina a norma, por se entender que, assim, o usuário tem melhor compreensão sobre as informações descritas.

Esse processo de normalização representa a busca pela padronização das informações arquivísticas, estabelecendo os produtores e a contextualização do conteúdo, possibilitando aos usuários informações precisas sobre o acervo descrito.

O desafio para as instituições arquivísticas é a organização de seus conjuntos documentais, por meio do arranjo e descrição, para que os mesmos possam ser consultados, analisados, estudados por usuários, historiadores, jornalistas e por todos aqueles que dele queiram usufruir. Segundo Bellotto:

[...] o arranjo, a descrição e a divulgação das fontes históricas componentes de um acervo arquivístico só são possíveis se um adequado fluxo documental e uma consciente e cuidadosa avaliação/eliminação puderem transformar uma massa documental inconsistente, demasiado diluída e

<sup>267</sup> A NOBRADE permite o uso do termo subfundo para a subdivisão da estrutura do fundo. “É a primeira fração lógica do Fundo” (NOBRADE, 2006, p. 16). Essa utilização no FDDF foi maneira encontrada para melhor representar as subdivisões do fundo.

abrangente como informação num organizado conjunto de fundos, devidamente arranjados e devidamente descritos por meio de instrumentos de pesquisa que não permitam perdas de dados. Toda e qualquer informação pode daí ser transferida, para efeitos de análise, síntese e explicação pelos historiadores, à sociedade em que vivem, em cumprimento do papel que nela lhes compete. (BELLOTTO, 2006, p. 124).

Assim como Bellotto, os autores Andrade e Silva (2013), reforçam a importância da descrição arquivística com a produção de “instrumentos de referência”, possibilitando o acesso das informações aos usuários de arquivos, por meio da contextualização do conteúdo em relação ao seu produtor.

A importância dos acervos de arquivos permanentes, enquanto detentores de grande conteúdo informacional, social e de memória de instituições pessoas e ou grupos, proporcionam o direito à informação e à busca de identidade dos cidadãos.

Para tanto, é preciso estabelecer prioridades e políticas de descrição para sua acessibilidade, difusão e uso para seus diferentes fins, sejam eles, sociais, culturais, educativos, administrativos, entre outros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na perspectiva de apresentar a importância documental do Fundo Domínio Dona Francisca, tornou-se imprescindível mencionar o Arquivo Histórico de Joinville, tratar da história administrativa desse fundo, sua acumulação e o processo de arranjo e descrição para acesso a esses registros históricos.

As reflexões provenientes da escrita deste artigo são resultado do trabalho de arranjo e descrição do Fundo Domínio Dona Francisca, constatando-se a importância deste acervo, que preserva fontes imensuráveis para diferentes escritas sobre o processo de colonização da imigração no sul do Brasil.

Conclui-se que, a conservação da memória documental é importante para a geração de conhecimento em qualquer área de pesquisa, pois a informação é inerente ao ser humano e necessária para o desenvolvimento de pesquisas, seja qual for a necessidade que instigou a procura por esses registros históricos.

Assim sendo, as instituições arquivísticas são responsáveis por preservar essa memória, assumindo o compromisso público de criar e fortalecer políticas públicas de acesso aos seus acervos documentais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S; SILVA RUBENS R. G.. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência**. Disponível em: <<http://www.pontodeacesso.ici.ufba.br>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE: Fundo Poder Executivo. Subfundo Fundação Cultural de Joinville. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **“Escriptura de venda que faz a Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duquesa de Chartres”**. 04 jan. 1922, 05 p.

\_\_\_\_\_. **Proposta de Minuta de Lei de Gestão Documental**. Joinville, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes tratamento documental**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: FGV, 2006.

BRASIL. Arquivo Nacional. NOBRADE: **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CORDEIRO Rosa Inês de Novais; RIOS, Elaine Rosa. **Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre os domínios do conhecimento**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 2, p. 123-139, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 49-64.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Ipiranga, 1965.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. MEDRADO, Mônica. **Parecer sobre a lei municipal n. 1182, de 20 de março de 1972**. Setor de pesquisa arquivística Pró-documento. S/d, 04 p.

FUNDO PODER EXECUTIVO. **Lei N. 1182. Cria o Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Prefeitura Municipal de Joinville.** Joinville: 1972.

\_\_\_\_\_. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Contrato Social constituindo a sociedade Domínio Dona Francisca Ltda.** Joinville, 16 jul.1956. p. 03.

\_\_\_\_\_. Subfundo Fundação Cultural. Série Arquivo Histórico de Joinville. Subsérie Composição do Acervo. Dossiê Domínio Dona Francisca. Item documental: **Escritura de venda que faz a “Sociedade Colonizadora Hanseática a favor de SS. AA. RR. a senhora Duquesa de Chartres”.** Joinville, 04 jan. 1922. p. 03.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor:** arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. 444f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KNAUS, Paulo. **Usos do passado, arquivos e universidades.** Cadernos de pesquisa CDHIS – n. 40 – ano 22 – p. 9-16 – 1º sem. 2009.

SCHMALZ, Odete. **Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina.** 1989. 104 f. Monografia. (Especialização em História da América) – Fundação Educacional da Região de Joinville, Joinville.